

Previdência Social e Saúde do Trabalhador: Caminhos que se cruzam?

Social Security and Workers' Health: paths that cross?

Data de submissão: 06.06.2024

Data de aceite: 11.09.2024

Cláudia Lima Monteiro

Instituição: Professora em Serviço Social da Unifesp

Doutora e mestre em Serviço Social pela PUC-SP

ORCID: 0000-0001-5459-6637

E-mail: claudia65lima@hotmail.com.

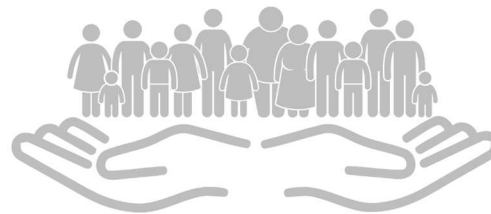
RESUMO: No Brasil, o Sistema de Seguridade Social é composto pelo tripé Saúde, Previdência Social e Assistência Social. Especificamente na área de Saúde do Trabalhador, entende-se como crucial o estabelecimento de ações integradas entre a Saúde e a Previdência Social. Entretanto, há de se destacar a diferenciação entre essas duas áreas em relação ao seu direcionamento, pois a Previdência Social estabelece o recorte de atendimento a trabalhadores formais contribuintes. Desse modo, pode-se indagar sobre a (des)proteção de trabalhadores no sistema previdenciário brasileiro. O artigo tem como objetivo identificar estudos sobre a Saúde do Trabalhador na área da Previdência Social, por meio de revisão sistemática. A revisão foi realizada no site da *scielo*, em 16 de abril de 2024, e foram selecionados 15 artigos. Foram identificados 04 eixos de análises, quais sejam: Bancos de Dados de Acidentes de Trabalho; Adoecimentos Relacionados ao Trabalho e Benefícios Previdenciários; Reabilitação Profissional e Intersetorialidade entre Políticas de Saúde e Previdência Social. Infelizmente, os artigos identificaram o distanciamento entre os princípios e normatizações entre as áreas da saúde e previdência social, com prejuízo para a saúde dos trabalhadores e para o acesso aos direitos sociais e previdenciários.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde do Trabalhador; Previdência Social; Direitos.

Revista ANPPREV de Seguridade Social – RASS – v. 1, n.2, 2024, pp:1-15.

ISSN 2966-330X





ABSTRACT: In Brazil, the Social Security System is composed of the following: Health, Social Security, and Social Assistance. Specifically in the area of Occupational Health, it is considered crucial to establish integrated actions between Health and Social Security. However, it is important to highlight the differentiation between these two areas in relation to their direction, as Social Security establishes the scope of assistance to formal contributory workers. Thus, it is possible to inquire about the (un)protection of workers in the Brazilian social security system. Thus, the article aims to identify studies on Workers' Health in the area of Social Security, through a systematic review. The review was carried out on the *scielo* website, on April 16, 2024, and 15 articles were selected. 04 axes of analysis were identified, namely: databases of occupational accidents (WAs), Work-Related Illnesses and Social Security Benefits; Vocational Rehabilitation and Intersectoriality between Health and Social Security Policies. Unfortunately, the articles identified the distancing between the principles and norms in the areas of health and social security to the detriment of workers' health and access to social and social security rights.

KEYWORDS: Occupational Health; Social Security; Rights.

1 INTRODUÇÃO

Na saúde pública brasileira estão elencadas ações em Saúde do Trabalhador, independente da forma de sua inserção no mercado de trabalho, em consonância com os princípios de universalidade, integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Estão previstas ações de assistência em saúde aos trabalhadores, vigilância dos ambientes e condições de trabalho, atividades educativas, além da produção, coleta, sistematização e análise das informações nessa área.

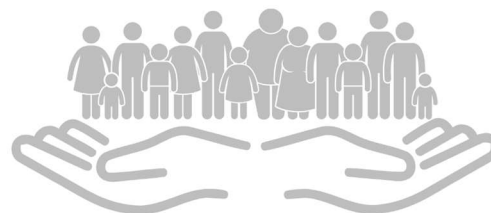
Para viabilizar a operacionalização de tais ações, a Portaria GM/MS 2.728/2009 dispôs sobre a Rede Nacional de Saúde do Trabalhador (RENAST) e incumbiu os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) de serem equipamentos de referência e retaguarda para as ações em Saúde do Trabalhador no SUS, de forma descentralizada e hierarquizada.

Já a Previdência Social, por meio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) delimita a garantia de direitos previdenciários relacionados ao trabalho (auxílio-doença

Revista ANPPREV de Seguridade Social – RASS – v. 1, n.2, 2024, pp:2-15.

ISSN 2966-330X





acidentário, auxílio-acidente, aposentadoria por acidente de trabalho e reabilitação) a trabalhadores com registros na carteira de trabalho ou autônomos formalizados. Excluem-se, dessa forma, os informais.

Esse recorte, por parte da Previdência Social suscita inúmeros questionamentos e debates por parte de defensores dos direitos dos trabalhadores, uma vez que, assim como a Saúde e a Assistência, também é um dos pilares do Sistema de Seguridade Social do país, estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Desse modo, a proteção integral a trabalhadores adoecidos ou acidentados pelo trabalho, independente do vínculo de trabalho, também deveria ser de responsabilidade da Previdência Social. A partir do acalorado debate sobre a necessária interface entre Previdência Social e Saúde do Trabalhador, é importante pesquisar publicações acadêmicas que se debruçam sobre essa questão. Com esse intento, o presente artigo tem como objetivo identificar estudos sobre a Saúde do Trabalhador na área da Previdência Social, por meio de revisão sistemática.

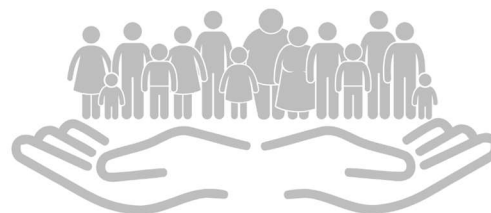
A metodologia da revisão sistemática permite identificar produções bibliográficas realizadas sobre determinado tema em uma base de dados, consolidando, dessa forma, análises e dados disponibilizados.

A revisão foi realizada no site da *scielo*, na data de 16 de abril de 2024, com a utilização dos descritores “previdência social” and “saúde do trabalhador”. A escolha por essa base de dados foi baseada na importância dessa biblioteca virtual na América Latina. Foram utilizados os seguintes filtros: disponibilidade de textos completos, publicados na língua portuguesa, a partir do ano de 2014. A partir desses filtros, foram encontrados 15 artigos, elencados no quadro a seguir.

Quadro 1 – Resultado da pesquisa na *scielo* – período de 2014 a 2024

Periódico	Ano	Título
Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO)	2014	O Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência (SIATE) como fonte de informações de acidentes de trabalho em Londrina, PR
RBSO	2014	Caracterização do nexos técnico epidemiológico pela perícia médica previdenciária nos benefícios auxílio-doença





Revista Brasileira de Epidemiologia	2015	Afastamento do trabalho por transtornos mentais e estressores psicossociais ocupacionais
Saúde em Debate	2016	Análise descritiva dos acidentes de trabalho ocorridos em Porto Velho (RO) entre 2002 e 2012
Saúde em Debate	2017	Aposentadoria no contexto de Reforma Previdenciária: análise descritiva em uma instituição de ensino superior
Saúde em Debate	2017	Reorganização do trabalho em uma agência da Previdência Social: resistência à mudança ou preservação da saúde?
Cadernos de Saúde Pública	2018	Trabalhador “compatível”, fratura exposta no processo de produção da indústria automobilística: intensificação do trabalho e saúde em questão
Periódico	Ano	Título
Cadernos de Saúde Pública	2018	Aspectos do cenário atual da reabilitação profissional no Brasil: avanços e retrocessos
Interface	2020	Intersetorialidade em saúde e trabalho no contexto atual brasileiro: utopia da realidade?
Ciência & Saúde Coletiva	2021	Taxas de risco de acidentes de trabalho no Brasil: efeito do Fator Acidentário de Prevenção (FAP)?
Ciência & Saúde Coletiva	2022	Invisibilidade social das doenças profissionais no Brasil (1919-2019)
Trabalho, Educação e Saúde	2022	As transformações recentes no programa de reabilitação profissional do INSS
RBSO	2022	Desafios da reabilitação profissional desenvolvida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS): uma perspectiva histórico-cultural
Ciência & Saúde Coletiva	2023	Benefícios acidentários e previdenciários concedidos a portadores de câncer no Brasil, 2008-2014
RBSO	2023	Benefícios previdenciários de pescadores artesanais e marisqueiras em comunidade quilombola no Nordeste do Brasil

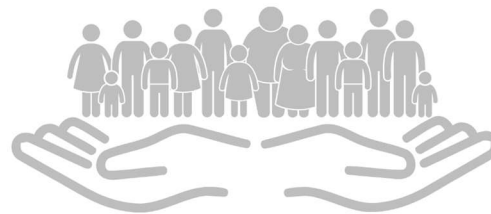
Fonte: elaborado pela autora (2024).

O quadro 1 permite a visualização dos artigos selecionados. Verifica-se a existência de mais de uma publicação nos anos de 2014, 2017, 2018, 2022 e 2023. Não foram

Revista ANPPREV de Seguridade Social – RASS – v. 1, n.2, 2024, pp:4-15.

ISSN 2966-330X





localizados artigos sobre o tema nos anos de 2019 e no primeiro quadrimestre do corrente ano (2024). Nota-se também que as publicações ocorreram em periódicos da área da saúde, a qual se destaca pela proeminência de pesquisas científicas. Destacam-se os números de publicações sobre o tema na RBSO (4), Ciência & Saúde Coletiva (3), Saúde em Debate (3) e em Cadernos de Saúde Pública (2). Foi encontrada apenas uma publicação em: Revista Brasileira de Epidemiologia, Interface e Trabalho, Educação e Saúde.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a leitura dos artigos selecionados, identificamos 04 eixos aglutinadores de discussões sobre o tema em pauta, quais sejam: bancos de dados de acidentes de trabalho (ATs); Adoecimentos Relacionados ao Trabalho e Benefícios Previdenciários; Reabilitação Profissional e Intersetorialidade entre Políticas de Saúde e Previdência Social.

Os artigos serão apresentados, a partir desses eixos.

2.1 Bancos de dados de ATs

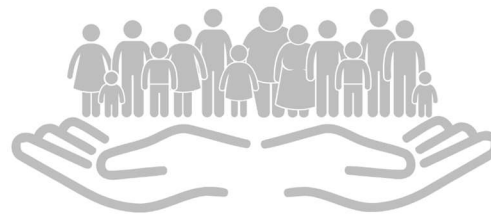
Três artigos se direcionaram a apresentar pesquisas e análises sobre banco de dados de ATs.

O artigo “O Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência (SIATE) como fonte de informações de acidentes de trabalho em Londrina, PR” (Baldo, 2014) pesquisou características e perfis de acidentes de trabalho registrados no SIATE no segundo semestre de 2008. No estudo, foi o perfil dos acidentados apontou a predominância de jovens do sexo masculino, inseridos no mercado formal de trabalho. Em relação aos ATs os dados revelaram que 376 (80,9%) ocorreram no trânsito e, destes, 65 % foram acidentes de trajeto. Há o alerta sobre a subnotificação, uma vez que nenhum caso foi notificado no Sistema de Informação do Ministério da Saúde. Os autores enfatizaram a necessidade de implantação de rotinas sistematizadas para a melhoria da notificação dos acidentes nos bancos de dados nacionais e destacaram a relevância da realização de estudos científicos sobre ATs.

Revista ANPPREV de Seguridade Social – RASS – v. 1, n.2, 2024, pp:5-15.

ISSN 2966-330X





Acreditamos que a publicação de estudos como este possa estimular o aumento de identificação e de notificação de AT fatais, assim como mostrar a importância da atuação conjunta da Vigilância Epidemiológica com a Vigilância Sanitária na área de Saúde do Trabalhador, para possibilitar análises dos AT notificados visando ações de prevenção e intervenção nos processos de trabalho de maior risco (Baldo, Spagnuolo, Almeida, 2015, p.153).

Os dados sobre ATs também foram verificados no estudo “Análise descritiva dos acidentes de trabalho ocorridos em Porto Velho (RO) entre 2002 e 2012”, de Pereira, Winkler e Hacon (2016). A pesquisa objetivou confirmar a possível co-relação entre o aumento de ATs e as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no município de Porto Velho. A metodologia foi baseada em informações publicadas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) sobre ATs ocorridos na cidade e em dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) relativa ao período de 2002 a 2012. Os autores verificaram que houve um aumento expressivo no número de ATs, o equivalente a 130% entre 2009 e 2011, entretanto, não foi possível confirmar uma relação direta com o início das obras do PAC.

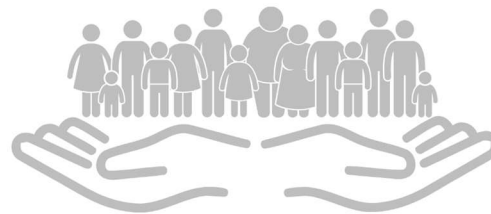
A verificação desse nexos foi dificultada pela falta de informações específicas de cada obra, uma vez que a maior parte das referências e dos dados encontrados se referia apenas às usinas hidrelétricas – consideradas como os maiores e mais relevantes empreendimentos implantados pelo PAC em Porto Velho – ou tratavam da ocorrência de acidentes sem a informação sobre o local específico em que se deram ou sobre o empreendimento em questão (Pereira, Winkler e Hacon, 2016, p.242)

O terceiro artigo desse eixo é a publicação “Taxas de risco de acidentes de trabalho no Brasil: efeito do Fator Acidentário de Prevenção (FAP)?”, de Wernke *et al* (2021). Teve como objetivo analisar a correlação entre as taxas de risco de ATs no Brasil antes (2006-2009) e depois (2010-2016) da vigência do FAP, por meio das bases de dados da Previdência Social no período 2006 e 2016. A origem do FAP é explicada no artigo como uma estratégia para melhoria das condições de trabalho por parte das empresas. De acordo com o grau de risco da empresa, as alíquotas do Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) podem variar entre 1,2 ou 3% da folha de pagamento. Os autores encontraram uma tendência indefinida na evolução da maioria das séries de taxas de ATs no período de 2006 a 2009 (antes do FAP). Já no período posterior, de 2010 a 2016, ocorreu uma redução nas séries de taxas analisadas. Ainda que haja um cuidado em relação a limitação dos dados coletados, os autores avaliaram que o FAP pode ter contribuído para o aumento de investimentos em saúde e segurança do trabalho por parte das empresas.

Revista ANPPREV de Seguridade Social – RASS – v. 1, n.2, 2024, pp:6-15.

ISSN 2966-330X





Verifica-se que dois artigos se debruçaram sobre bancos de dados de ATs em municípios específicos e o terceiro em território nacional. Os dados apontaram sobre a expressividade dos números de ATs nos bancos de dados, bem como apontaram a existência de subnotificações. É importante salientar que a incidência dos números de ATs apresentados indicam a necessidade preemente de ações de prevenção e combate, bem como a importância de sua notificação, uma vez que está incluída na lista de doenças do trabalho de notificação compulsória.

2.2 Adoecimentos Relacionados ao Trabalho e Benefícios Previdenciários

Oito artigos tiveram como centralidade abordar aspectos relativos a adoecimentos de trabalhadores relacionados ao trabalho e os benefícios previdenciários.

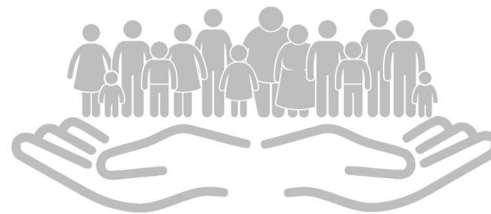
No artigo “Benefícios acidentários e previdenciários concedidos a portadores de câncer no Brasil, 2008-2014”, Sales-Fonseca *et al* pesquisaram a distribuição do câncer nos benefícios concedidos pelo Registro Geral da Previdência Social (RGPS) no Brasil, no período de 2008 a 2014. O cancer foi a razão de concessão de 533.438 benefícios, correspondendo a 2,9% do total de benefícios. Em relação ao sexo, foi detectado o predomínio de mulheres nos benefícios previdenciários (53,7%) e de homens nos benefícios acidentários (71,6%). O fato de 19 Estados, além do Distrito Federal, não terem concedido nenhum benefício acidentário por câncer alerta sobre a subnotificação e falta de reconhecimento dos carcinógenos ocupacionais.

Godinho e Ferreira (2017) elaboraram o artigo “Aposentadoria no contexto de Reforma Previdenciária: análise descritiva em uma instituição de ensino superior”, com o objetivo de identificar o perfil de aposentados de técnicos administrativos em educação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no estado de Minas Gerais. A pesquisa foi realizada por meio dos registros do banco de dados de 87 servidores da referida Instituição de Ensino, aposentados nos anos de 2012 e 2013. O levantamento verificou a prevalência de aposentadorias por idade ou tempo de serviço e baixo percentual de aposentadorias por

Revista ANPPREV de Seguridade Social – RASS – v. 1, n.2, 2024, pp:7-15.

ISSN 2966-330X





invalidez.

Já Bastos *et al* (2023) se propuseram a pesquisar o acesso a benefícios previdenciários a um segmento de trabalhadores com menor amparo social, no artigo “Benefícios previdenciários de pescadores artesanais e marisqueiras em comunidade quilombola no Nordeste do Brasil”. A pesquisa ocorreu por meio de entrevistas com 213 pescadores artesanais e marisqueiras, enquadrados pela Previdência Social como segurados especiais. Desse universo, 62,9% não recebiam benefício previdenciário, ainda que tenham sido relatadas condições adversas de trabalho: jornada de trabalho exaustiva, exposição a substâncias químicas, ruído e radiação solar. Constata-se, portanto, “[...] a exclusão de comunidades tradicionais pesqueiras do acesso ao recebimento de benefícios previdenciários” (Bastos *et al*, 2023, p.8).

O artigo “Caracterização do nexó técnico epidemiológico pela perícia médica previdenciária nos benefícios auxílio-doença”, de Silva-Junior *et al* (2014), analisou os pedidos de Nexó Técnico Epidemiológico (NTEP) pelo sistema previdenciário e os fatores associados à caracterização (ou não) do nexó pela perícia médica. O estudo teve como base 822 laudos médicos periciais emitidos em São Paulo, no período de 2008 a 2011. Em 59% das situações, o NTEP não reconheceu o adoecimento como decorrente do trabalho. Para os autores (2014, p. 245) “há uma descaracterização frequente da espécie acidentária em requerimentos em que o diagnóstico incapacitante é uma lesão por causa externa.”

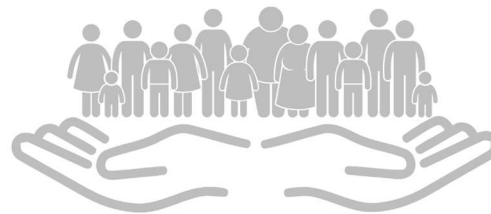
A falta de reconhecimento de adoecimentos relacionados ao trabalho também é abordado no artigo “Invisibilidade social das doenças profissionais no Brasil (1919-2019)”, redigido por Assunção (2022). Nesse artigo, é anunciada a divergência entre os estudos dos riscos ocupacionais sobre a saúde dos trabalhadores e as estatísticas oficiais de doenças relacionadas ao trabalho.

Ainda que a doença diagnosticada esteja reconhecida na lista de doenças relacionadas ao trabalho, o segurado é obrigado a comparecer para a avaliação do médico-perito quando requer o benefício por incapacidade. Diferentemente de outros países, a lista brasileira não cria presunção de nexó, ou seja, a relação automática entre o diagnóstico clínico e o ambiente de trabalho ou atividade profissional (Assunção, 2022, p.1430).

Revista ANPPREV de Seguridade Social – RASS – v. 1, n.2, 2024, pp:8-15.

ISSN 2966-330X





Já Silva-Junior e Fischer (2015), em “Afastamento do trabalho por transtornos mentais e estressores psicossociais ocupacionais”, se debruçaram a pesquisar sobre transtornos mentais relacionados ao trabalho, com trabalhadores que requeriam auxílio-doença em uma agência do INSS da cidade de São Paulo. A relevância do estudo foi justificada pelo fato desses transtornos serem a terceira causa de concessão de benefícios previdenciários por incapacidade no Brasil. Dentre o total de 131 trabalhadores pesquisados, apenas 23,7% foram considerados relacionados ao trabalho. Entretanto, nas entrevistas os trabalhadores relataram percepções sobre os fatores psicossociais relacionados aos transtornos mentais, quais sejam: “[...] trabalho de alta exigência (56,5%), baixo apoio social (52,7%), desequilíbrio esforço-recompensa (55,7%) e comprometimento excessivo (87,0%)” (Silva-Junior e Fischer (2015, p. 735). Os autores avaliam que a falta de reconhecimento de transtornos mentais como relacionados ao trabalho decorram da inadequação de ferramentas utilizadas pelo INSS para relacionarem os transtornos mentais com fatores psicossociais negativos existentes nos ambientes de trabalho.

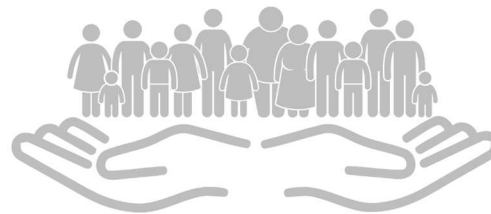
A organização do trabalho também foi objeto de estudo de Christo e Borges (2017), com o título “Reorganização do trabalho em uma agência da Previdência Social: resistência à mudança ou preservação da saúde?”. O estudo abrangeu trabalhadores de uma gerencia regional do estado do Rio de Janeiro, responsável por 12 Agências do INSS. Os entrevistados relataram insuficiência de recursos humanos para o volume de atendimento, ritmo intenso de trabalho, absorção de muitas informações, mudanças constantes dos sistemas de informação e metas de tempo de atendimento, dentre outras questões. Os trabalhadores reconhecem estas situações como geradas de adoecimentos físicos e mentais relacionados ao trabalho.

Há queixas como cansaço por excesso de trabalho, falta de tempo para ir ao banheiro ou se alimentar adequadamente durante o expediente, falta de reconhecimento e divisão desigual do trabalho; assim como relatos de indícios de comprometimento à saúde dos servidores, como dores de cabeça e nas costas (7 de 13), ansiedade e/ou irritabilidade (6 de 13) e problemas de sono (5 de 13), percebidos pelos técnicos como relacionados com o trabalho (Christo, Borges, 2017, p. 108).

Pina, Stotz e Jackson Filho (2018) abordaram a percepção de saúde e
Revista ANPPREV de Seguridade Social – RASS – v. 1, n.2, 2024, pp:9-15.

ISSN 2966-330X





adoecimento dos trabalhadores de uma montadora de automóveis do estado de São Paulo, na publicação “Trabalhador “compatível”, fratura exposta no processo de produção da indústria automobilística: intensificação do trabalho e saúde em questão”. Os entrevistados identificaram elementos da organização do trabalho geradoras de adoecimentos, como: intensificação e adensamento do trabalho e prolongamento da jornada. Levantamento realizado na empresa verificou que os principais adoecimentos com redução da capacidade laboral se referem a sequelas de acidentes de trabalho típico (principalmente mutilações e amputações de dedos e mãos), lesões da coluna e doenças osteomusculares. Os autores também indicaram a dificuldade de acesso dos trabalhadores aos benefícios previdenciários e sociais, bem como ao serviço de reabilitação do INSS.

Os oito artigos desse eixo abordaram diversos adoecimentos relacionados ao trabalho, como câncer ocupacional, transtornos mentais, mutilações, amputações de dedos e mãos, lesões na coluna e doenças osteomusculares, quais sejam, as lesões por esforços repetitivos e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/DORT). Esses adoecimentos estão diretamente ligados à forma de (des)organização do trabalho, conforme bem apontado nos textos. Também a questão de dificuldade de acesso aos benefícios previdenciários, bem como a falta de reconhecimento como adoecimentos originados pelo trabalho, por parte do INSS também foram denunciados nos textos. Apenas um texto, de Godinho e Ferreira (2017) identificou uma situação favorável aos trabalhadores, ao verificar o perfil de de técnicos administrativos aposentados da UFJF.

2.3 Reabilitação Profissional

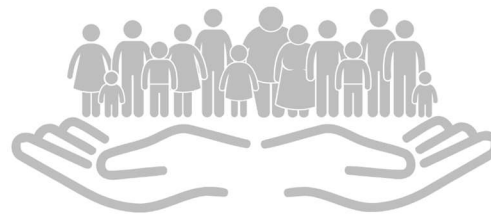
Análises sobre o Programa de Reabilitação Profissional no INSS foi objeto de estudo em três publicações.

O artigo “Aspectos do cenário atual da reabilitação profissional no Brasil: avanços e retrocessos” foi elaborado por Miranda (2018) e apresentou o programa de

Revista ANPPREV de Seguridade Social – RASS – v. 1, n.2, 2024, pp:10-15.

ISSN 2966-330X





reabilitação profissional do INSS e sua importância histórica para a recuperação da saúde dos trabalhadores e do retorno ao trabalho. Entretanto, a adoção de medidas de caráter biomédico, a escassez de recursos financeiros e humanos e a tendência de privatização desse serviço tem sido dificultadores importantes para a sua plena efetivação.

Em sintonia com as análises supracitadas, Kulaitis e Silva (2022), no texto “As transformações recentes no programa de reabilitação profissional do INSS” apresentaram a construção teórica desse programa do campo da Saúde do Trabalhador, sua incorporação pela Previdência Social e o processo de desestruturação ocorrido. Para os autores (2022, p.1) o programa de reabilitação no INSS “se afasta de uma concepção multidimensional da saúde do trabalhador, ao mesmo tempo que a dimensão biológica se torna central”.

Tessarro, Querol e Almeida (2022) redigiram o artigo “Desafios da reabilitação profissional desenvolvida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS): uma perspectiva histórico-cultural” e apontaram a significativa redução do Programa à orientação e capacitação profissional. Por fim, os autores enfatizam que “o entendimento do objeto pela gestão da instituição não corresponde às necessidades sociais dos trabalhadores acidentados e adoecidos pelo trabalho” (Tessarro, Querol e Almeida, 2022, p.10).

Identica-se sintonia entre as análises das três publicações, no sentido de apresentar a historicidade da importância do Programa de Reabilitação e críticas em relação a sua formatação atual, fragmentada e destituída de recursos.

2.4 Intersetorialidade entre Políticas de Saúde e Previdência Social

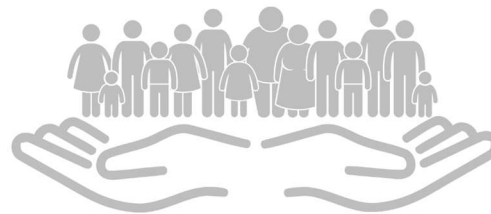
Ainda que os demais artigos tenham expressado de uma forma direta ou indireta em suas conclusões a importância da intersetorialidade, esse tema foi central em um artigo.

Em “Intersetorialidade em saúde e trabalho no contexto atual brasileiro: utopia da realidade?” Barros *et al* (2020) abordaram o tema da intersetorialidade das políticas

Revista ANPPREV de Seguridade Social – RASS – v. 1, n.2, 2024, pp:11-15.

ISSN 2966-330X





públicas relacionadas a saúde e trabalho, pela perspectiva de gestores públicos das áreas da Saúde, Trabalho, Previdência Social e Justiça. Foram realizadas 16 entrevistas individuais e grupais com atores vinculados em diferentes instâncias de políticas de saúde do trabalhador, no período de 2016 a 2018. A resposta à pergunta do título do artigo foi de reconhecimento da intersetorialidade das políticas públicas como uma utopia. Os entrevistados se referiram aos diversos desafios políticos daquele período, demarcado pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e apontaram questões como: desmembramento e extinção de ministérios; esvaziamento dos serviços de Saúde do Trabalhador e da Previdência Social; e as reformas trabalhistas e previdenciárias em curso naquele período.

Trata-se de um texto analítico, que se debruçou a analisar os aspectos políticos e econômicos do Brasil, em um período social conturbado, demarcado por conflitos, que resultaram no *impeachment* de uma presidente. Mas podemos analisar que 08 anos após esse fato a efetivação da intersetorialidade das políticas públicas, em especial entre Saúde e Previdência Social, ainda é um grande desafio. As quinze publicações demonstram essa realidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

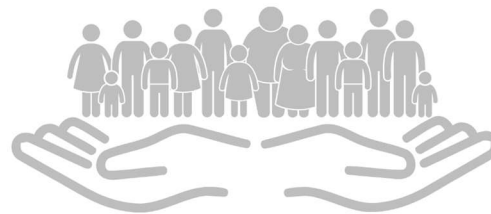
A revisão sistemática permitiu identificar o direcionamento de quinze publicações sobre a interface entre saúde do trabalhador e previdência social. Foram encontrados quatro eixos aglutinadores de análises, quais sejam: Bancos de Dados de Acidentes de Trabalho (ATs); Adoecimentos Relacionados ao Trabalho e Benefícios Previdenciários; Reabilitação Profissional e Intersetorialidade entre Políticas de Saúde e Previdência Social.

Infelizmente, foi identificado o distancimento entre os princípios e normatizações entre as áreas da saúde e previdência social, prejudicando a saúde dos trabalhadores e o acesso aos direitos sociais e previdenciários. Ainda que os resultados da revisão tenham demonstrado uma perspectiva desanimadora, há de se ter esperanças por uma mudança de cenário. A academia desempenha um papel crucial nesse processo de mudança, podendo contribuir ao trazer à

Revista ANPPREV de Seguridade Social – RASS – v. 1, n.2, 2024, pp:12-15.

ISSN 2966-330X





tona as situações concretas vividas pelos trabalhadores, bem como ao realizar análises detalhadas de bancos de dados oficiais e propor mudanças necessárias.

Por fim, reforça-se a necessidade de luta pela efetividade da intersetorialidade de ações entre as políticas de saúde e previdência social, de modo que ofereçam ações eficazes e protetivas para os trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Invisibilidade social das doenças profissionais no Brasil (1919-2019). **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 27, p. 1423-1433, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/KrNvmKsyW9SdVLfnJDr4G3b/#> Acesso em 16 abril 2024.

BALDO, Renata Cristina Silva; SPAGNUOLO, Regina Stella; ALMEIDA, Ildeberto Muniz de. O Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência (SIATE) como fonte de informações de acidentes de trabalho em Londrina, PR. **RBSO**, n. 40, p. 147-155, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/nRHjbR4xsCgjfyKHbwD93Rb/?format=pdf> Acesso em 16 abril 2024.

BARROS, Juliana de Oliveira; *et al.* Intersectorialidade em saúde e trabalho no contexto atual brasileiro: utopia da realidade? **Interface**, Botucatu, Unesp, n. 24, p. 1-14, 2020. Acesso em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/HQvvrVDssRGYsMvbPmr4wB/>

BASTOS, Maria Luiza Almeida *et al.* Benefícios previdenciários de pescadores artesanais e marisqueiras em comunidade quilombola no Nordeste do Brasil. **RBSO**, n. 48, p. 1-9, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/i/2023.v48/> Acesso em: 16 abril 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS 2.728/2009**, de 11 de novembro de 2009. Dispõe sobre a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) e dá outras providências. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2728_11_11_2009.html

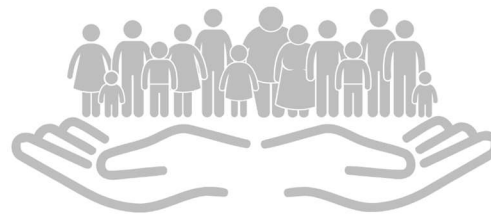
BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

CHRISTO, Cirlene de Souza; BORGES, Maria Elisa Siqueira. Reorganização do trabalho em uma agência da Previdência Social: resistência à mudança ou preservação da saúde? **Saúde em Debate**, n. 41, p. 104-114, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/hFTkJ3vcCYbvmdwzwpYKkZz/> Acesso em 16 abril 2024.

Revista ANPPREV de Seguridade Social – RASS – v. 1, n.2, 2024, pp:13-15.

ISSN 2966-330X





GODINHO, Marluce Rodrigues; FERREIRA, Aldo Pacheco. Aposentadoria no contexto de Reforma Previdenciária: análise descritiva em uma instituição de ensino superior. **Saúde em Debate**, n. 115, p. 1007-1019, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2017.v41n115/1007-1019/> Acesso em 16 abril 2024.

KULAITIS, Fernando; SILVA, Kelen C. As transformações recentes no programa de reabilitação profissional do INSS. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 20, p. 1-12, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/SDLTnTLMxVFLjMXryd3mJCD/> Acesso em 16 abril 2024.

MIRANDA; Cristiano Barreto de. Aspectos do cenário atual da reabilitação profissional no Brasil: avanços e retrocessos. **Cadernos de Saúde Pública**, n. 34, p.1-14, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/journal/csp/about/#about> Acesso em 16 abril 2024.

PEREIRA, Carlos Alexandre Rodrigues; WINKLER, Mirko Severin Winkler; HACON, Sandra de Souza. Análise descritiva dos acidentes de trabalho ocorridos em Porto Velho (RO) entre 2002 e 2012. **Saúde em Debate**, n. 111, p. 230-245, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/vKHFHGH6LDyW8wRJYQxk6DR/> Acesso em 16 abril 2024.

PINA, José Augusto; STOTZ, Eduardo Navarro; JACKSON FILHO, José Marçal. Trabalhador “compatível”, fratura exposta no processo de produção da indústria automobilística: intensificação do trabalho e saúde em questão. **Cadernos de Saúde Pública**, n. 34, p. 1-13, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/q4N88F53ScVhmzfwNvKfwt/> Acesso em 16 abril 2024.

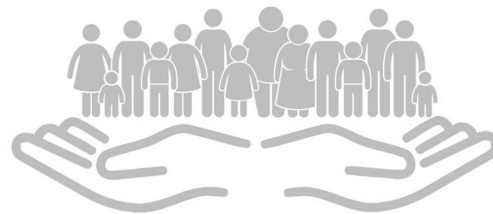
SALES-FONSECA, Nuria; *et al.* Benefícios acidentários e previdenciários concedidos a portadores de câncer no Brasil, 2008-2014. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 28, p. 447-458, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/CRDJFf7FDqC36VhMw8p7Mzp/#> Acesso em 16 abril 2024.

SILVA-JUNIOR, João Silvestre da; *et al.* Caracterização do nexos técnico epidemiológico pela perícia médica previdenciária nos benefícios auxílio-doença. **RBSO**, n. 39, p. 239-246, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/SLgBk7v9Dy5tbhDKnJWw7jM/> Acesso em 16 abril 2024.

SILVA-JUNIOR, João Silvestre; FISCHER, Frida Marina. Afastamento do trabalho por transtornos mentais e estressores psicossociais ocupacionais. **Rev. bras. Epidemiol.**, n.18, p. 735-744, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/scrmsyPfcnkCQhSdX3H9S3r/> Acesso em 16 abril 2024.

TESSARRO, Melina Trento; QUEROL, Marco Antonio Pereira; ALMEIDA, Ildeberto Muniz de. Desafios da reabilitação profissional desenvolvida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS): uma perspectiva histórico-cultural. **RBSO**, n. 47, p. 1-12, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/BLWV9ZVBSHcvVtJCSt9yCJP/> Acesso em 16 abril 2024.





WERNKE, Amanda da Rosa; *et al.* Taxas de risco de acidentes de trabalho no Brasil: efeito do Fator Acidentário de Prevenção (FAP)? **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 26, p. 6079-6088, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26n12/6079-6088/> Acesso em 16 abril 2024.

Revista ANPPREV de Seguridade Social – RASS – v. 1, n.2, 2024, pp:15-15.

ISSN 2966-330X



REVISTA ANPPREV DE
SEGURIDADE SOCIAL

